

## PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

### 011. PROVA OBJETIVA

#### CONTADOR I

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**

Nome do candidato \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_

Inscrição \_\_\_\_\_

Prédio \_\_\_\_\_

Sala \_\_\_\_\_

Carteira \_\_\_\_\_

## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto, para responder às questões de números **01** a **10**.

A nossa democracia é laica, mas nossas decisões políticas são tomadas sob a premissa de que Deus é – e sempre será – brasileiro. Queremos benefícios sem custos (e quem em sã consciência não quereria?).

Exigimos que seja assim. Os custos não de ser empurrados para algum momento indeterminado do futuro e cair sobre as costas de alguma entidade benévola não especificada, sem machucar ninguém. Algum dia alguém dá algum jeito e fica tudo certo. Deus resolve.

A maioria dos brasileiros concorda com o controle de preço do diesel, e quer ainda o controle de preço da gasolina e do gás natural. Só não aceita ter que pagar a conta. A Petrobras que tenha um prejuízo. E quem vai cobri-lo? O Tesouro, essa entidade superior e fonte de riquezas.

Não é um caso isolado. Todos pedem por mais gasto para suas causas e setores de preferência, sem nunca especificar quem vai ficar com a conta; essa fica para uma figura oculta, alguém com um bolso vasto e generoso. Há quem diga, inclusive, que o aumento de gastos vai aumentar a arrecadação; multiplicação milagrosa dos pães.

Essa é a lógica que governa o Brasil desde 1500, consagrada na Constituição de 1988, tão pródiga em direitos para todo mundo. O direito é a manifestação do *fiat*\* divino entre os homens: uma obrigação incondicional que a realidade – alguém – terá de dar algum jeito de cumprir.

O problema é que acabou o “milagre econômico” – um crescimento acelerado e sem causas conhecidas, que ocorre apesar de todas as deficiências e entraves, esses sim muito bem conhecidos. Deus parece ter conseguido o *green card*\*\* e nos abandonou.

O que fazer? Uma alternativa é seguir confiando na intervenção divina até o fim, deixando o ajuste ao deus-dará. A corda estoura para o lado mais fraco, e voltamos ao caos primordial. A outra é ser impiedoso e olhar para a realidade com olhos de descrença.

Para que alguns continuem ganhando, pessoas de carne e osso terão que pagar. E aí sim poderemos responder à pergunta que o Brasil é mestre em evitar: quem?

O problema é que para as escamas caírem de nossos olhos também será necessário um milagre...

(Joel Pinheiro da Fonseca, *Folha de S.Paulo*, 12.06.2018. Adaptado)

\**fiat*: do latim, faça-se, haja; referência à frase bíblica: “faça-se a luz”.

\*\* *green card*: cartão de residência permanente nos EUA.

- 01.** Segundo o texto, a ideia contida na expressão “Deus resolve” corresponde à propensão dos brasileiros para
- (A) dedicar-se a combater excessos de despesas, evitando prejuízos indesejáveis.
  - (B) enfrentar problemas financeiros, mesmo que pareçam de difícil solução.
  - (C) ter os interesses atendidos, sem preocupação com as obrigações decorrentes.
  - (D) atribuir a outrem a responsabilidade pelo surgimento de problemas difíceis de resolver.
  - (E) apostar na intervenção de outros países no enfrentamento de questões socioeconômicas.
- 02.** O desenvolvimento das ideias do texto permite apontar, como um título que contraria a ideia de que “Deus resolve” e compatível com o ponto de vista do autor, a **negação** da seguinte máxima popular:
- (A) Deus é brasileiro.
  - (B) A esperança é a última que morre.
  - (C) Deus ajuda a quem cedo madruga.
  - (D) Devagar se vai ao longe.
  - (E) A voz do povo é a voz de Deus.
- 03.** Associando-se as afirmações contidas no penúltimo e no último parágrafo, é correto afirmar que, no último, o autor se vale de expressão em sentido
- (A) figurado, para defender a ideia de que é melhor ocultar o fato de que a conta de benefícios concedidos a uns poucos deva caber a muitos outros.
  - (B) figurado, para afirmar a descrença na possibilidade de o brasileiro conscientizar-se de que é inevitável a população arcar com o ônus de concessões feitas a alguns.
  - (C) figurado, para assegurar que o brasileiro precisa ver os efeitos de medidas econômicas tomadas sem amparo na constituição de 1988, contrariando, pois, direitos de todos.
  - (D) próprio, para levar o leitor a perceber que milagres econômicos não se repetem e que é preciso que o enfrentamento da realidade seja assumido sem medo.
  - (E) próprio, para contradizer a ideia de que o país atravessa uma fase de crise econômica, que o impede de ver as necessidades reais da parcela mais pobre da população.

04. Considere as expressões destacadas nas passagens:

- Exigimos que seja **assim**. (2º parágrafo) /
- ... **multiplicação milagrosa dos pães**. (4º parágrafo) /
- E **aí** sim... (penúltimo parágrafo)

Elas retomam, correta e respectivamente, as seguintes informações do texto:

- (A) • ... e quem em **sã** consciência não quereria? /  
• ... essa fica para uma figura oculta, alguém com um bolso vasto e generoso. /  
• Para que alguns continuem ganhando...
- (B) • Queremos benefícios sem custos... /  
• ... o aumento de gastos vai aumentar a arrecadação... /  
• ... pessoas de carne e osso terão que pagar.
- (C) • ... nossas decisões políticas são tomadas sob a premissa de que Deus é – e sempre será – brasileiro. /  
• ... o aumento de gastos vai aumentar a arrecadação... /  
• Para que alguns continuem ganhando.
- (D) • ... e quem em **sã** consciência não quereria? /  
• Todos pedem por mais gasto para suas causas e setores de preferência...  
• ... pessoas de carne e osso terão que pagar.
- (E) • Queremos benefícios sem custos... /  
• Todos pedem por mais gasto para suas causas e setores de preferência... /  
• ... poderemos responder à pergunta que o Brasil é mestre em evitar: quem?

05. No primeiro parágrafo, o emprego do travessão duplo e dos parênteses cumpre a finalidade de intercalar comentários do autor que expressam, respectivamente,

- (A) certeza e finalidade.  
(B) possibilidade e incerteza.  
(C) advertência e convicção.  
(D) discordância e hipótese.  
(E) convicção e suposição.

06. As expressões destacadas nas passagens – A nossa democracia é **laica** ... / ... Constituição de 1988, tão **pródiga** em direitos para todo mundo. – têm sentido, correta e respectivamente, de:

- (A) desvinculada do mundo profano / generosa.  
(B) associada ao mundo civil / concentrada.  
(C) consagrada à religiosidade / concessiva.  
(D) independente de confissão religiosa / profusa.  
(E) dependente de oligarquias / permissiva.

07. Assinale a alternativa que apresenta o verbo conjugado no modo subjuntivo, dando sequência correta à frase – Talvez ...

- (A) Deus resolvia.  
(B) algum dia alguém dava um jeito.  
(C) queiramos benefícios sem custos.  
(D) a maioria dos brasileiros concorda.  
(E) poderíamos responder à pergunta.

08. Assinale a alternativa redigida de acordo com a norma-padrão de concordância e de regência verbal.

- (A) Pode haver alguns brasileiros que discordem de que se devam controlar os preços do diesel.  
(B) Duvida-se que hajam brasileiros que antipatize com a ideia de que se possa controlar os preços do diesel.  
(C) Existe aqueles que não consentem de que se estabeleça regras para controle do preço do diesel.  
(D) Mais de um brasileiro adere da ideia de haverem mecanismos de controle do preço do diesel.  
(E) Ainda não se identificou brasileiros que se manifeste contra a ideia de controle dos preços do diesel.

09. Nas passagens – A nossa democracia é laica, (I) **mas** nossas decisões políticas são tomadas sob a premissa de que Deus é – e sempre será – brasileiro. / (II) **Para que** alguns continuem ganhando, pessoas de carne e osso terão que pagar.– as expressões destacadas estabelecem, entre as afirmações a que se vinculam, relações de sentido de

- (A) (I) adição, sendo possível sua substituição por **também**; (II) modo, sendo possível sua substituição por **mesmo que**.  
(B) (I) conclusão, sendo possível sua substituição por **contanto que**; (II) finalidade, sendo possível sua substituição por **até que**.  
(C) (I) alternância, sendo possível sua substituição por **ou**; (II) modo, sendo possível sua substituição por **de maneira que**.  
(D) (I) explicação, sendo possível sua substituição por **pois**; (II) adição, sendo possível sua substituição por **também que**.  
(E) (I) oposição, sendo possível sua substituição por **entretanto**; (II) finalidade, sendo possível sua substituição por **a fim de que**.

10. Assinale a alternativa que preenche as lacunas do trecho adaptado, de acordo com a norma-padrão de colocação de pronomes e de emprego do sinal de crase.

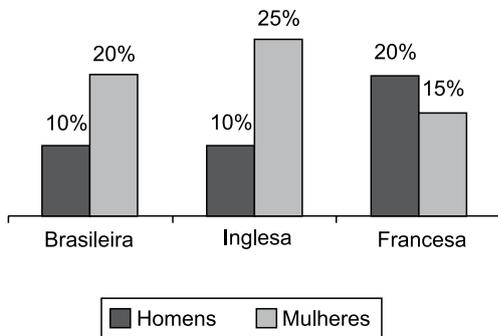
Nunca \_\_\_\_\_ de um caso isolado. \_\_\_\_\_ por mais gasto para causas e setores de preferência, sem nunca especificar \_\_\_\_\_ quem cabia a conta; essa ficava para uma figura oculta, alguém com um bolso vasto e generoso. Geralmente \_\_\_\_\_ que, com o aumento de gastos, \_\_\_\_\_ pretendida arrecadação.

- (A) se tratava ... Se pedia ... à ... acreditava-se ... se chegaria a  
(B) tratava-se ... Pedia-se ... a ... se acreditava ... chegaria-se à  
(C) tratava-se ... Se pedia ... à ... acreditava-se ... chegaria-se a  
(D) se tratava ... Pedia-se ... a ... se acreditava ... se chegaria à  
(E) se tratava ... Pedia-se ... a ... acreditava-se ... se chegaria a

11. Em junho deste ano, 1989 pessoas foram atendidas em certa secretaria municipal. Sabendo-se que, no referido mês, o número de atendimentos, nessa secretaria, foi 15% menor que o número de atendimentos realizados no mês imediatamente anterior, o número de pessoas atendidas nessa secretaria no mês de maio foi igual a
- (A) 2190.
  - (B) 2226.
  - (C) 2288.
  - (D) 2302.
  - (E) 2340.
12. Em um concurso público para cargos com graus de escolaridade de ensino médio completo e de ensino superior completo, a razão entre o número de candidatos que se inscreveram com somente o ensino médio completo e o número de candidatos que se inscreveram com o ensino superior completo foi igual a 0,4. No dia da prova, 7000 candidatos compareceram, sendo que foram constatadas as faltas de 8 candidatos com somente o ensino médio completo e de 20 candidatos com o ensino superior completo. Em se tratando dos candidatos inscritos, a diferença entre o número dos que tinham o ensino superior completo e o número dos que tinham somente o ensino médio completo é igual a
- (A) 2998.
  - (B) 3005.
  - (C) 3012.
  - (D) 3019.
  - (E) 3026.
13. Pretende-se dividir um total de R\$ 960,00, sendo R\$ 840,00 em cédulas de R\$ 20,00, e o restante, em cédulas de R\$ 10,00, em envelopes obedecendo aos seguintes critérios: (1) cada envelope deve conter, obrigatoriamente,  $x$  cédulas de R\$ 10,00 e  $y$  cédulas de R\$ 20,00; (2) o número de envelopes tem que ser o maior possível; e (3) todo o valor de R\$ 960,00 tem que ser distribuído nos envelopes. Nessas condições, o número de cédulas em cada envelope deverá ser igual a
- (A) 5.
  - (B) 6.
  - (C) 7.
  - (D) 8.
  - (E) 9.

14. A média das idades de 24 pessoas é de 46 anos. Ao acrescentar a idade de Carlos, a média das idades das 25 pessoas passa a ser de 45 anos. Se a pessoa mais nova desse grupo tem 20 anos, a diferença entre a idade de Carlos e a idade da pessoa mais nova desse grupo é igual a
- (A) 1 ano.
  - (B) 2 anos.
  - (C) 3 anos.
  - (D) 4 anos.
  - (E) 5 anos.

15. Considere o gráfico a seguir, que contém informações sobre a nacionalidade de um grupo de pessoas.



Com base nas informações apresentadas, assinale a alternativa que apresenta uma informação correta.

- (A) Metade do número de pessoas que têm nacionalidade brasileira é homem.
- (B) Menos de um terço do número de mulheres desse grupo tem nacionalidade inglesa.
- (C) Dos homens desse grupo, exatamente 20% são franceses.
- (D) Nesse grupo, há mais mulheres que homens.
- (E) Das pessoas com nacionalidade inglesa, exatamente 25% são mulheres.

16. De um valor  $V$  em reais, três quintos foram destinados ao pagamento de uma conta A; um valor R\$ 50,00 menor que a terça parte do que foi destinado ao pagamento da conta A foi destinado ao pagamento de uma conta B; o restante, R\$ 180,00, foi depositado em uma conta corrente. O valor destinado ao pagamento da conta B foi de:
- (A) R\$ 75,00.
  - (B) R\$ 80,00.
  - (C) R\$ 85,00.
  - (D) R\$ 90,00.
  - (E) R\$ 95,00.
17. Um terreno retangular de 8 mil metros quadrados de área tem a diferença entre as medidas dos seus lados igual a 20 metros. A razão entre as medidas do maior e do menor lado desse terreno é igual a
- (A) 1,10.
  - (B) 1,15.
  - (C) 1,20.
  - (D) 1,25.
  - (E) 1,30.
18. Cinco máquinas iguais, trabalhando juntas e em período ininterrupto, produzem certa quantidade de uma peça em 8 horas. Ao completar um quarto da produção, interrompeu-se o trabalho e decidiu-se colocar mais uma máquina em funcionamento, idêntica às anteriores, de modo a diminuir o tempo necessário para a produção daquela quantidade de peças. Reiniciada a produção, as seis máquinas completaram o trabalho. Desprezando-se o tempo em que as máquinas ficaram paradas na interrupção do trabalho, o tempo total utilizado para a produção daquela quantidade de peças foi:
- (A) 7 horas e 15 minutos.
  - (B) 7 horas e 00 minuto.
  - (C) 6 horas e 45 minutos.
  - (D) 6 horas e 30 minutos.
  - (E) 6 horas e 15 minutos.

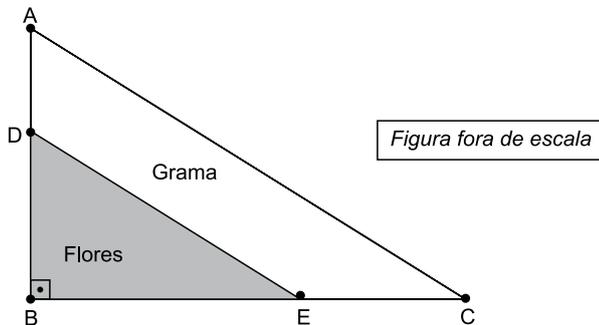
19. Uma revendedora de automóveis trabalha com veículos dos modelos A, B e C. Sabe-se que:

- o valor unitário de revenda do veículo de modelo A corresponde à metade da soma dos valores unitários de revenda dos veículos dos modelos B e C;
- o valor unitário de revenda do veículo de modelo B é o dobro do valor unitário de revenda do veículo de modelo C;
- a soma dos valores unitários de revenda desses três modelos de veículos é igual a R\$ 270 mil.

Dessa forma, o valor unitário de revenda do veículo A, em comparação ao valor unitário de revenda do veículo C, é

- (A) maior em R\$ 30 mil.  
 (B) maior em R\$ 20 mil.  
 (C) maior em R\$ 10 mil.  
 (D) menor em R\$ 20 mil.  
 (E) menor em R\$ 30 mil.

20. A figura representa um jardim no formato de triângulo retângulo ABC, reto em B, dividido em duas regiões: uma triangular BDE, com flores variadas, e outra em forma de trapézio ADEC, com grama.



Sabendo que as medidas dos lados DB, BC e AB são, respectivamente, 3, 10 e 7,5 metros, e que a divisória DE das regiões é paralela ao lado AC do jardim, o perímetro, em metros, da região com flores variadas, desse jardim, é igual a

- (A) 10.  
 (B) 11.  
 (C) 12.  
 (D) 13.  
 (E) 14.

21. Observe a imagem.



(Veja, 11.06.18. Disponível em: <<https://abr.ai/2tOFFn9>>. Adaptado)

O registro fotográfico, realizado no encontro do G7, que reúne as sete economias mais avançadas do mundo, evidencia o desacordo entre Merkel e Trump acerca

- (A) da relação do Ocidente com a Rússia.
- (B) da participação na guerra civil da Síria.
- (C) da posição em relação à questão Palestina.
- (D) do cenário de guerra comercial entre os países.
- (E) dos vínculos com a China na geopolítica internacional.

22. Tem causado forte polêmica nos Estados Unidos a recente determinação de “tolerância zero” aos imigrantes ilegais na fronteira com o México. As críticas à administração de Donald Trump foram geradas pelo fato de que crianças são separadas de seus pais ou tutores que tentam entrar ilegalmente no país.

(G1, 20.06.18. Disponível em: <<https://goo.gl/7uPeiC>>. Adaptado)

A separação descrita na notícia deve-se

- (A) à tentativa do governo dos EUA de expulsar prioritariamente as crianças e, com isso, impedir a formação de novas gerações de imigrantes clandestinos.
- (B) à obrigatoriedade legal de que todas as crianças que estão em solo norte-americano devem frequentar estabelecimentos escolares.
- (C) à política que estabelece que todo adulto que for pego atravessando a fronteira ilegalmente deve ficar detido, o que não é permitido às crianças.
- (D) à ação das forças de segurança norte-americanas com o objetivo de devolver os adultos aos países de origem, mas preservar o direito das crianças à imigração.
- (E) ao sucesso da política restritiva norte-americana que tem barrado os mais velhos, mas tem permitido a entrada de crianças e adolescentes.

23. A Câmara de Deputados aprovou nesta quinta-feira (14 de junho) um projeto de lei que prevê a legalização do aborto. O projeto passará agora ao Senado. O projeto de lei permite o aborto livre até a 14ª semana de gestação. Atualmente o aborto é permitido apenas em caso de estupro ou risco para a vida da mulher.

(G1, 14.06.18. Disponível em: <<https://goo.gl/wWkSRH>>. Adaptado)

A aprovação mencionada na notícia ocorreu

- (A) no Chile.
- (B) no Uruguai.
- (C) na Bolívia.
- (D) na Argentina.
- (E) no Peru.

24. O projeto de lei que modifica o registro de agrotóxicos foi aprovado essa semana numa comissão da Câmara de Deputados. A discussão se arrasta há meses. A bancada ruralista diz que é preciso modernizar a lei. Opositores dizem que, se a lei for aprovada, produtos que colocam a saúde em risco podem ser liberados.

(G1, 01.07.18. Disponível em: <<https://goo.gl/tFztEs>>. Adaptado)

Entre as mudanças sugeridas pelo projeto, é correto identificar a

- (A) centralização da liberação de novos produtos no Ministério da Agricultura, tirando poder decisório da Anvisa e do Ibama.
- (B) liberação de substâncias comprovadamente cancerígenas e atualmente proibidas para a utilização na agricultura.
- (C) alteração dos procedimentos necessários para a autorização de uso de produtos novos, retirando a exigência de licença prévia.
- (D) substituição do nome oficial “defensivo agrícola” pelo nome “agrotóxico”, com o objetivo de evidenciar a toxicidade dos produtos.
- (E) formação de um gabinete técnico composto por membros do Ministério da Saúde e da Agricultura para a autorização de agrotóxicos.

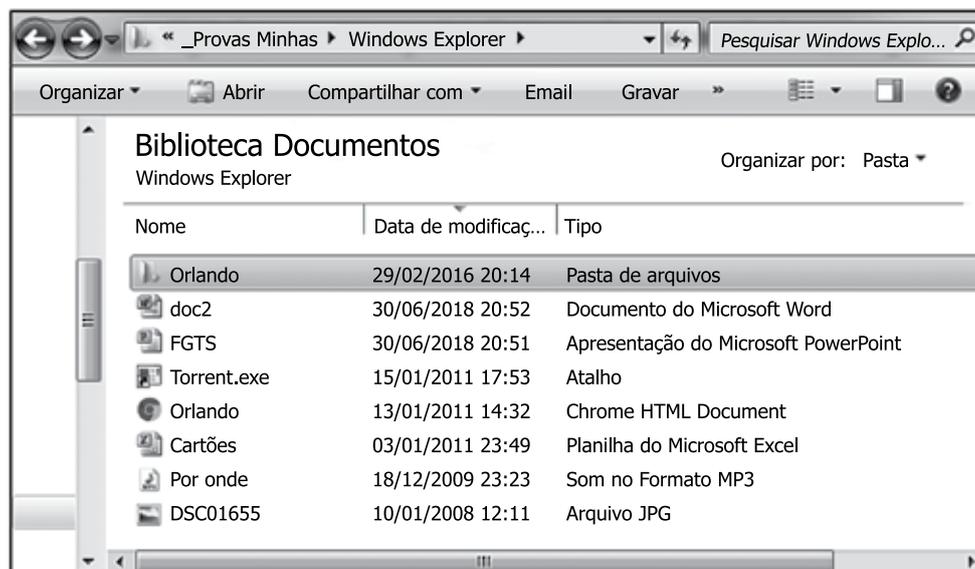
25. O Ministério do Interior da Rússia está avaliando a possibilidade de abrir um inquérito contra torcedores brasileiros que geraram polêmica na Copa do Mundo, num vídeo que difundiram pela internet.

(Jornal do Brasil, 20.06.18. Disponível em: <<https://bit.ly/2Md1R19>>. Adaptado)

Os torcedores brasileiros mencionados na notícia estão sendo acusados de

- (A) racismo.
- (B) sexismo.
- (C) xenofobia.
- (D) homofobia.
- (E) intolerância religiosa.

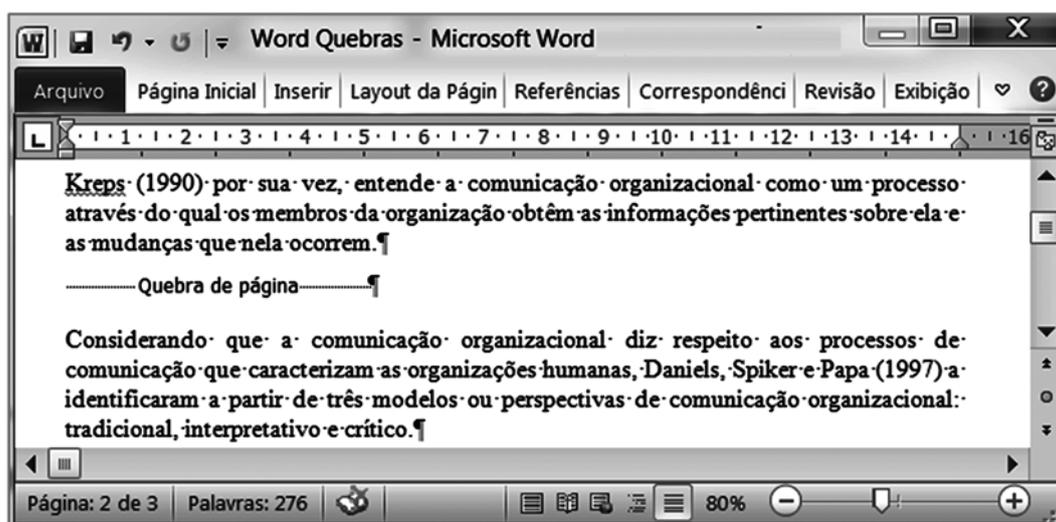
26. Observe a biblioteca Documentos de um computador instalado com o MS-Windows 7, na sua configuração padrão:



O comando de pesquisa tipo:=.pptx digitado no canto superior direito trará como resultado o(s) seguinte(s) objeto(s):

- (A) FGTS
- (B) DSC01655
- (C) doc2
- (D) Cartões
- (E) Orlando

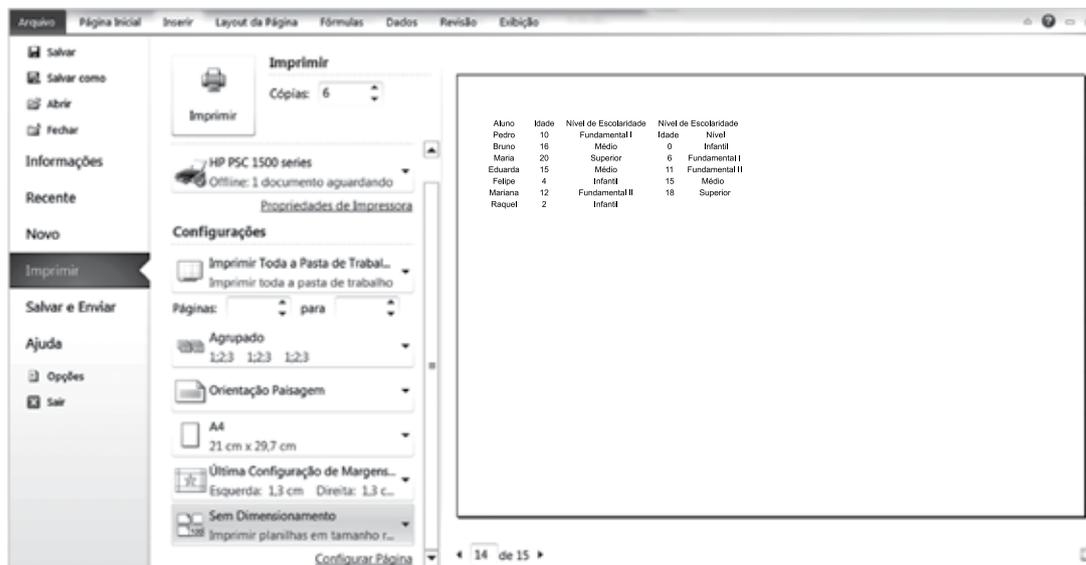
27. Observe o documento do MS-Word 2010, em sua configuração original, com as marcas de parágrafo e outros símbolos de formatação visíveis:



Assinale a alternativa que descreve a quebra aplicada no documento.

- (A) Separa o texto das legendas do corpo de texto.
- (B) Insere uma quebra de seção e inicia a nova seção na mesma página.
- (C) Inicia a próxima página logo após a quebra.
- (D) Insere uma quebra de seção e inicia a nova seção na próxima página com número par.
- (E) Insere uma quebra de seção e inicia a nova seção na próxima página com número ímpar.

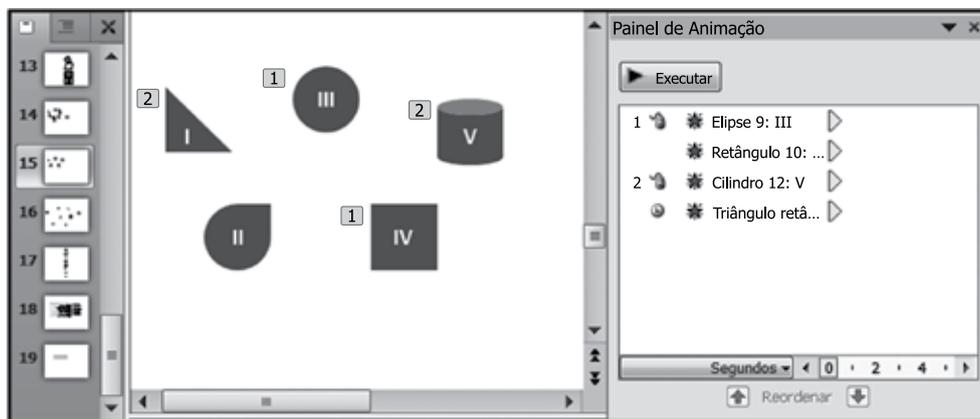
28. Considere o MS-Excel 2010, na sua configuração padrão, em modo de visualização de impressão:



Assinale a alternativa que contém a quantidade de folhas que serão impressas, assumindo que a impressora está alimentada com papel A4 (21 cm x 29,7 cm).

- (A) 1
- (B) 6
- (C) 14
- (D) 15
- (E) 90

29. Na figura a seguir, é apresentado o slide 15 com cinco figuras numeradas de I a V e o respectivo painel de animação do MS-PowerPoint 2010, em sua configuração original.



Assinale a alternativa que apresenta o número da primeira figura que será exibida quando o slide entrar em modo de apresentação.

- (A) I
- (B) II
- (C) III
- (D) IV
- (E) V

30. Considere a barra de status do MS-Outlook 2010, na sua configuração padrão:



As 361 mensagens foram armazenadas em:

- (A) Itens recebidos.
- (B) Itens enviados.
- (C) Caixa de saída.
- (D) Caixa de entrada.
- (E) Rascunhos.

## CONHECIMENTO ESPECÍFICOS

### DIREITO ADMINISTRATIVO

31. É o que detém a Administração para a sua organização estrutural, o que escalona seus órgãos e reparte suas funções, definindo, na forma da lei, os limites de competência de cada um. Dele decorrem algumas prerrogativas: delegar e avocar atribuições, dar ordens, fiscalizar e rever atividades de órgãos inferiores.

É correto afirmar que o enunciado se refere ao poder

- (A) de polícia.
- (B) hierárquico.
- (C) regulamentar.
- (D) de organização.
- (E) disciplinar.

32. Com relação à anulação, revogação e convalidação dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) A anulação do ato administrativo é fundada na conveniência e alicerçada pelo poder discricionário, podendo ser decretada pelo Poder Judiciário, operando efeitos não retroativos.
- (B) A revogação do ato administrativo é fundada na oportunidade e conveniência, podendo ser decretada pelo Poder Judiciário ou reconhecida pela própria Administração, operando efeitos não retroativos.
- (C) A convalidação do ato administrativo é fundada na oportunidade e alicerçada pelo poder discricionário, podendo ser decretada pelo Poder Judiciário, operando efeitos retroativos.
- (D) A anulação do ato administrativo é fundada na ilegalidade, podendo ser decretada pelo Poder Judiciário ou reconhecida pela própria Administração, operando efeitos retroativos.
- (E) A revogação do ato administrativo é fundada na oportunidade e conveniência, podendo ser decretada pelo Poder Judiciário ou reconhecida pela própria Administração, operando efeitos retroativos.

33. É a atividade em si mesma, sendo também compreendida como sinônimo de atribuição e corresponde às inúmeras tarefas que constituem o objeto dos serviços prestados pelos servidores públicos.

É correto afirmar que o enunciado se refere à(ao)

- (A) função pública.
- (B) cargo público.
- (C) cargo em comissão.
- (D) emprego público.
- (E) cargo efetivo.

34. Considere o seguinte caso hipotético: um contador no exercício de suas atribuições na Prefeitura de São Bernardo do Campo, por erro plenamente comprovado, provocou danos e prejuízos a um particular.

É correto afirmar que a responsabilidade civil

- (A) da Prefeitura é objetiva, nos termos da teoria do risco integral.
- (B) do contador é objetiva, nos termos da teoria do risco administrativo.
- (C) da Prefeitura é objetiva, nos termos da teoria do risco administrativo.
- (D) do contador é subjetiva, nos termos da teoria do risco integral.
- (E) da Prefeitura é subjetiva, nos termos da teoria do risco administrativo.

### DIREITO CONSTITUCIONAL

35. Assinale a alternativa correta que corresponda à previsão da Constituição Federal sobre a Ordem Econômica e Financeira.

- (A) Ressalvados os casos previstos na Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.
- (B) As empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- (C) A União, os Estados Membros e o Distrito Federal estabelecerão o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços.
- (D) São princípios da ordem econômica a soberania nacional, verticalidade, livre iniciativa e tratamento favorecido a empresas brasileiras de sócios nacionais.
- (E) A União poderá contratar com empresas estatais ou privadas a realização das atividades de pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios e minerais nucleares e seus derivados.

36. A partir da Constituição Federal, é correto afirmar sobre a fiscalização orçamentária realizada no âmbito municipal que

- (A) o controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas da União, dos Estados, ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.
- (B) o parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve semestralmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de maioria simples dos membros da Câmara Municipal.
- (C) o parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
- (D) as contas dos Municípios ficarão, durante noventa dias, semestralmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.
- (E) é proibida a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.

#### DIREITO PENAL

37. Considere o seguinte caso hipotético: O servidor "X" autoriza a inscrição em restos a pagar de despesa que não tenha sido previamente empenhada. Nos termos do Código Penal, é correto afirmar que o servidor "X"

- (A) cometeu o crime de ordenação de despesa não autorizada, qualificado pela inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar.
- (B) cometeu o crime de inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar.
- (C) não cometeu qualquer crime.
- (D) cometeu o crime de prevaricação, qualificado pela inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar.
- (E) cometeu o crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas, qualificado pela inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar.

38. É correto afirmar que a Lei Federal nº 4.898/1965 que disciplina o abuso de autoridade

- (A) contempla como sanção penal a ser aplicada apenas a pena de detenção e na hipótese de reincidência.
- (B) determina ao Delegado de Polícia, com exclusividade, a apuração de todas as circunstâncias que envolvem a infração penal.
- (C) determina que a ação penal proposta pelo Ministério Público, dependerá da conclusão do inquérito policial e principalmente da representação da vítima.
- (D) considera autoridade quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil, ou militar, ainda que transitoriamente e sem remuneração.
- (E) não contempla como sanção administrativa a demissão, mas tão somente as penas de advertência e repreensão.

#### LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

39. Nos termos da Lei nº 1.802/69, assinale a alternativa correta.

- (A) Considera-se preço de serviço, o valor da receita líquida auferida pelo contribuinte em dinheiro ou bens móveis.
- (B) Quando se tratar de prestação de serviço sob forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será lançado por importâncias fixas.
- (C) Nos serviços contratados em moeda estrangeira, o preço será resultante de sua conversão em dólar, ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador.
- (D) Não poderá ser estabelecido, por ato próprio, preço mínimo de determinados tipos de serviços, pautados pelos preços concorrentes no mercado.
- (E) O recolhimento por estimativa dispensa o contribuinte de emissão de documentos fiscais e respectiva escrituração.

40. O servidor que, no período de estágio probatório, ficar em licença para tratamento de saúde por mais de 30 (trinta) dias passará por avaliação de junta médica, visando verificar se está apto para exercer as funções de seu cargo. De acordo com a Lei nº 1.729/68, se considerado inapto para o cargo, poderá o servidor ser

- (A) colocado em disponibilidade.
- (B) afastado do cargo por 90 (noventa) dias, para tratamento médico.
- (C) readaptado, com vencimentos integrais a que faz jus.
- (D) dispensado, resguardados seus direitos de ampla defesa e contraditório.
- (E) exonerado, resguardados seus direitos de ampla defesa e contraditório.

#### CONTABILIDADE GERAL

41. Assinale a alternativa em que é permitido às companhias adquirir suas próprias ações.

- (A) Operações de resgate, reembolso ou amortização previstas nas normas contábeis.
- (B) Aquisição para permanência em tesouraria ou cancelamento, desde que até o valor do saldo de lucros ou reservas, exceto a legal, e sem diminuição do capital social, ou por doação.
- (C) A alienação das ações adquiridas nos termos da aquisição e resgate e mantidas em propriedade para investimentos.
- (D) Aquisição para aumento de capital (limitada a restrições legais impostas pelas normas contábeis).
- (E) Insuficiência das reservas de lucros, principalmente a legal, para evitar redução de capital por prejuízos recorrentes.

Com base nas informações do balancete de verificação da empresa Descontrola Tudo Ltda, em 30 de junho de 2018, descritas a seguir, pede-se agrupá-las corretamente e responder às questões de números **42** e **43**:

<b>Balancete contábil em 30/06/2018</b>	
<b>Descrição da conta contábil</b>	<b>Reais</b>
Reserva de lucros	(12.500,00)
Bancos depósito a vista	7.500,00
Adiantamento a fornecedores	5.000,00
Empréstimos e financiamentos (LP)	(35.000,00)
Demais contas a receber	3.000,00
Fornecedores	(20.000,00)
Empréstimos e financiamentos	(20.000,00)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.500,00)
Mútuos com empresas ligadas a receber de LP	5.000,00
Estoques	30.000,00
Impostos a recuperar de LP	4.000,00
Investimentos	5.000,00
Impostos a recolher	(9.500,00)
Contas a pagar	(5.000,00)
Aplicações financeiras	25.000,00
IR e CSL a pagar	(5.500,00)
Contas a pagar de LP	(1.000,00)
Ativos intangíveis	7.500,00
Contingências trabalhistas de LP	(11.500,00)
Lucro líquido do exercício	(20.500,00)
Ajuste de variação patrimonial	(7.500,00)
Caixa	500,00
Títulos a receber de LP	4.500,00
Salários a pagar	(6.000,00)
Capital	(10.000,00)
Contas a receber de clientes	35.000,00
Imobilizado	52.500,00
Reservas de capital	(5.000,00)
Depreciação acumulada	(12.000,00)

**42.** Com base nas informações fornecidas, assinale a alternativa que indica o valor do ativo não circulante da empresa em 30 de junho de 2018.

- (A) R\$ 13.500,00
- (B) R\$ 53.000,00
- (C) R\$ 57.500,00
- (D) R\$ 61.500,00
- (E) R\$ 66.500,00

**43.** Assinale a alternativa que indica o valor do patrimônio líquido em 30 de junho de 2018 da empresa Descontrola Tudo Ltda.

- (A) R\$ 27.500,00
- (B) R\$ 48.000,00
- (C) R\$ 55.500,00
- (D) R\$ 56.700,00
- (E) R\$ 61.000,00

**44.** O ágio por expectativa de rentabilidade futura ou fundo de comércio, por ocasião da compra de ativos de um investimento, deverá ser classificado no balanço patrimonial como:

- (A) Ativo intangível.
- (B) Ativo diferido.
- (C) Ativo Imobilizado.
- (D) Propriedade para investimentos.
- (E) Resultado de equivalência patrimonial.

**45.** Uma empresa apresentou ao seu contador as seguintes informações de um ativo imobilizado qualquer, que foi adquirido recentemente:

- Data da compra do bem: 1º de janeiro de 2018
- Data do início do seu funcionamento: 28 de fevereiro de 2018
- Valor do ativo: R\$ 180.000,00
- Valor do frete pago pelo vendedor: R\$ 3.600,00
- Valor do ICMS a ser destacado do valor do bem para recuperação: R\$ 21.600,00
- Despesas incorridas pela empresa para colocar o bem em funcionamento: R\$ 15.900,00
- Segundo os engenheiros da empresa, a vida útil estimada em anos do bem será de: 10 anos
- O valor de realização desse bem ao final será de R\$ 28.000,00

Com base nessas informações o contador deverá informar hipoteticamente qual o valor da depreciação acumulada em 31 de dezembro de 2018, como segue:

NOTA: utilize do critério de arredondamento para chegar no resultado, desprezando portanto os centavos finais na resposta.

- (A) R\$ 11.292,00
- (B) R\$ 12.192,00
- (C) R\$ 13.200,00
- (D) R\$ 14.525,00
- (E) R\$ 15.000,00

**46.** O método de equivalência patrimonial é utilizado para

- (A) equivaler o patrimônio da empresa investidora.
- (B) avaliar estoques de uma coligada ao valor justo.
- (C) reavaliar ativos de uma empresa.
- (D) avaliar um investimento em uma empresa controlada.
- (E) calcular o ganho ou perda na tradução de uma investida no exterior.

47. De acordo com os preceitos contábeis atuais, assinale a alternativa que indica uma das condições que se apresenta correta para o reconhecimento de uma provisão.
- (A) Seja ainda remota a necessidade de uma saída de caixa que requerem benefícios financeiros presentes para liquidar a possível obrigação.
  - (B) Que haja dúvida quanto a uma estimativa confiável do valor do passivo.
  - (C) A entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado.
  - (D) Haja de fato uma saída de recursos possível, mas não provável (mais provável que não do que sim).
  - (E) Parte da obrigação onde se espera a liquidação por outras partes é tratada como contas a pagar.

**CONTABILIDADE DE CUSTOS**

48. Assinale a alternativa que expressa corretamente um dos objetivos do Subsistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP).
- (A) Precificar os serviços públicos como base fundamental de preparação dos orçamentos públicos.
  - (B) Apoiar programas de redução de custos e de melhoria da qualidade do gasto.
  - (C) Apoiar o gestor no combate ao desperdício, bem como utilizado como ferramenta de controle de desvios públicos.
  - (D) Suprir os requerimentos advindos dos órgãos reguladores e normativos.
  - (E) Mensurar, registrar e evidenciar os custos dos produtos, serviços, programas, projetos, atividades, ações, órgãos e outros objetos de custos da entidade.

49. Assinale a alternativa que preenche o texto corretamente.

Na geração de informação de custo, é obrigatória a adoção dos princípios de contabilidade em especial o \_\_\_\_\_, devendo ser realizados os ajustes necessários quando algum registro for efetuado de forma diferente.

- (A) da entidade
- (B) do custo histórico como base de valor
- (C) de caixa
- (D) da competência
- (E) da uniformidade

50. De acordo com as características do objeto de custos previstas na NBCT16.11, área ocupada; dotação planejada disponível; volume ocupado em depósito; quantidade de ordens de compra emitida para fornecedores; consumo de energia elétrica; número de servidores na unidade administrativa responsável são consideradas
- (A) base das cotas de distribuição de custos indiretos.
  - (B) critérios de rateio de custos diretos para serviços públicos.
  - (C) base para contabilização dos custos de formação de ativo.
  - (D) despesas fixas.
  - (E) base para alocação dos custos atribuíveis.

51. A amostragem estatística utilizada na definição e seleção da amostra de auditoria, na execução de testes de controles e de detalhes na avaliação dos resultados da amostra

- (A) tem finalidade de subsidiar inferências e fornecer base razoável para o auditor concluir quanto à população da qual a amostra é selecionada, desprezando-se critérios de representatividade na escolha de itens da amostra.
- (B) caracteriza-se pela seleção aleatória dos itens da amostra e pelo uso da teoria das probabilidades para avaliar os resultados das amostras, incluindo a mensuração do risco da amostragem.
- (C) caracteriza-se pela seleção representativa de itens da amostra conforme o julgamento profissional do auditor, com vistas à fornecer base razoável para o auditor concluir quanto à população da qual a amostra é selecionada.
- (D) pode ser validamente utilizada em auditorias internas, vedado o seu emprego em auditorias independentes, dado o potencial de seleção enviesada de amostra.
- (E) permite que o auditor obtenha evidência de auditoria em relação a todas as características da população selecionada, desde que observado índice de confiança razoável das probabilidades investigadas.

52. Na hipótese de o auditor possuir dúvidas a respeito da confiabilidade das informações a serem utilizadas como evidência de auditoria ou na hipótese de a evidência de auditoria obtida em uma fonte ser inconsistente com a obtida em outra, de acordo com a NBC TA 500, deverá o auditor

- (A) sempre considerar adequadas e suficientes as informações contidas nos registros contábeis que suportam as demonstrações contábeis, desprezando informações obtidas de outras fontes.
- (B) consultar especialista em contabilidade da administração com atribuição, no âmbito da entidade, para auxiliá-la na elaboração das demonstrações contábeis.
- (C) classificar as informações conforme sua relevância e suficiência para os propósitos da auditoria, com base em avaliação de riscos de distorção conforme a exatidão, a integridade, a precisão e o detalhamento das informações, desprezando as menos consistentes.
- (D) deixar de documentar a inconsistência no livro de ocorrências de achados, a fim de não interferir tampouco influenciar a conclusão final.
- (E) determinar quais modificações ou acréscimos aos procedimentos de auditoria são necessários para solucionar o assunto e deve considerar, se houver, o efeito desse assunto sobre outros aspectos da auditoria.

- 53.** Quando se determina que todas as receitas previstas e despesas fixadas, em cada exercício financeiro, devem integrar um único documento legal dentro de cada esfera federativa, trata-se da aplicação do princípio orçamentário
- (A) da anualidade.
  - (B) da exclusividade.
  - (C) da universalidade.
  - (D) da unidade.
  - (E) do equilíbrio.
- 54.** Uma receita orçamentária não efetiva é aquela que não altera a situação líquida patrimonial no momento do reconhecimento do crédito e, por isso, constitui fato contábil permutativo, sendo um exemplo a receita
- (A) de prestação de serviços.
  - (B) obtida com aplicação de multas.
  - (C) de operação de crédito.
  - (D) de impostos indiretos.
  - (E) obtida com aplicações financeiras.
- 55.** Conforme determina o § 4º do art. 11 da Lei nº 4.320/1964, as receitas obtidas por multas são classificadas como
- (A) receita corrente de serviços.
  - (B) receita corrente industrial.
  - (C) receita corrente patrimonial.
  - (D) receita de compensações financeiras.
  - (E) outras receitas correntes.
- 56.** Com base no §1º do art. 43 da Lei nº 4.320/1964, poderá ser adicionado ao orçamento anual créditos suplementares, desde que existam recursos disponíveis oriundos
- (A) da venda de bens imóveis no exercício corrente.
  - (B) da anulação de empenho na função educação.
  - (C) de superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.
  - (D) da diferença entre a arrecadação prevista e realizada.
  - (E) da anulação de restos a pagar do exercício anterior.
- 57.** De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, se verificado ao final de um bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários
- (A) anulação de empenho global.
  - (B) anulação de empenho estimativo.
  - (C) anulação de restos a pagar.
  - (D) contingenciamento de despesa de capital.
  - (E) limitação de empenho e movimentação financeira.
- 58.** A execução da despesa orçamentária começa com o ato do empenho e deve provocar
- (A) a redução do orçamento vigente.
  - (B) o reconhecimento da despesa orçamentária.
  - (C) a redução da disponibilidade orçamentária.
  - (D) a inscrição em restos a pagar.
  - (E) a redução da dotação orçamentária.
- 59.** A receita corrente líquida (RCL) procura captar a efetiva capacidade de arrecadação do ente público, já que a receita de capital tem natureza eventual. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, foi excluído do cálculo da RCL
- (A) as receitas patrimoniais.
  - (B) os valores pagos e recebidos da Lei Complementar nº 87/1996.
  - (C) a receita corrente própria das autarquias e fundações.
  - (D) a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência.
  - (E) a receita obtida com a venda de produtos industriais.
- 60.** De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, se a despesa total com pessoal do Poder Executivo ultrapassar os limites definidos na lei, o percentual excedente terá que ser eliminado
- (A) nos dois quadrimestres seguintes.
  - (B) no decorrer de doze meses.
  - (C) no final do exercício fiscal.
  - (D) com aumento da receita corrente líquida.
  - (E) no orçamento do ano seguinte.

